

Discriminação Positiva no Acesso à Informação, o caso do Centro de Recursos para a Inclusão da Universidade de Évora

João Garcia^a, Carla Santos^b, Matilde Carvalho^c, Rute Marchante Pardal^d

^aUniversidade de Évora, Portugal, jahg@uevora.pt

^bUniversidade de Évora, Portugal, csantos@uevora.pt

^cUniversidade de Évora, Portugal, mcarvalho@uevora.pt

^dUniversidade de Évora, Portugal, pardalster@gmail.com

Resumo

O presente ensaio tem como principal objetivo apresentar as atividades programadas e realizadas no Centro de Recursos para a Inclusão, da Universidade de Évora, como uma responsabilidade social intrínseca às bibliotecas do ensino superior, para a área de mediação dos recursos de informação na renovada sociedade do conhecimento. O estudo, reflexão e discussão sobre as transformações ocorridas nas organizações universitárias confronta-nos com novas formas de reproduzir, gerir e preservar o acesso ao conhecimento. O Centro de Recursos para a Inclusão surge da visão Institucional para as questões de justiça, inclusão, acessibilidade, sucesso académico e do direito participativo em igualdade, pretendendo-se que a comunidade académica encontre um espaço diferenciador, na capacitação para uma participação alargada. Pelo papel atual e pelo percurso que pretende percorrer, o CRI-UE perceciona-se como um recurso da comunidade, na promoção de práticas inclusivas e na resposta às necessidades de frequência, progressão e conclusão dos estudos superiores, de todos os estudantes, e especificamente dos estudantes com deficiência ou necessidades educativas especiais.

Palavras-chave: Bibliotecas académicas, ensino superior, estudantes com necessidades educativas especiais, direito à não discriminação.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como principal objetivo apresentar as atividades programadas e realizadas no Centro de Recursos para a Inclusão, da Universidade de Évora (CRI-UE), como uma responsabilidade social intrínseca às bibliotecas do ensino superior, para a área de mediação dos recursos de informação na renovada sociedade do conhecimento. Neste ambiente, pretende-se clareza perante os renovados conceitos de coleção, de biblioteca académica e de acesso à informação, elementos que permitem atualizar as práticas atuais e reinventar outros papéis, desafiando todos os profissionais de informação para novas áreas de atuação.

Por outro lado, pretende-se reafirmar o papel que a biblioteca universitária tem revelado desde a sua procedência até ao presente momento, ou seja, uma elevada coesão com a comunidade, o que, entre outros aspetos, se evidencia pela importância dos serviços disponibilizados à comunidade, elementos que substanciam o papel das bibliotecas no cumprimento da missão para a qual as instituições de ensino superior foram criadas (Ribeiro, 2015).

As bibliotecas universitárias inserem-se no âmbito das organizações de prestação de serviços aberto à comunidade em geral, e especificamente destinadas à comunidade académica e científica, o que requer constante resposta às alterações dos processos de gestão da informação e da comunicação científica (Lopes, 2016; Marques, 2015).

O estudo, reflexão e discussão sobre as transformações ocorridas nas organizações universitárias confronta-nos com novas formas de reproduzir, gerir e preservar o acesso ao conhecimento. Neste contexto, é emergente entender o padrão geral de mudança dos profissionais de biblioteca, assim como o perfil de atuação dos docentes, investigadores e alunos do ensino superior (Cox e Corral, 2013).

As atividades realizadas pelas bibliotecas universitárias constituem-se ainda como aliadas das metas propostas para a cativação de públicos-alvo socialmente diversificados e alargados, o que pode dar um contributo para os objetivos da agenda europeia 2020, relativos à formação e habilitações, que propõe como meta desejável que 40% da população entre os 30 e 34 anos de idade sejam detentores grau académico. (Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2017; Queiró, 2017). Daí advém a importância de serem dinamizados programas vocacionais e de alargamento participativo no ensino superior, nos quais estão incluídos os estudantes mais velhos, de outras classes sociais que habitualmente não ingressam nos estudos superiores, assim como, os estudantes com deficiência ou com necessidades educativas especiais (Weedon e Riddell, 2016).

A questão sobre a qual propomos refletir é, em que medida o CRI-UE reúne recursos e práticas de qualidade, como parceiro institucional para as questões de inclusão, sucesso académico, acessibilidade e de aquisição de competências na área da literacia da informação.

Com o objetivo de dar resposta à questão inicial, foram formulados os seguintes objetivos:

- Reforçar os princípios da universalidade no direito à educação superior;
- Elencar parcerias que promovam práticas inclusivas;
- Apresentar as atividades planeadas para o CRI.

1. O CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO

Em Portugal, as crianças e jovens a frequentar o ensino obrigatório, com necessidades educativas especiais, estão protegidas pelo Decreto-lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro. Este documento define, entre outros aspetos, quais as medidas e os apoios a atribuir aos estudantes no ensino regular. Contrariamente, para os estudantes do ensino superior não existe legislação específica que imponha às instituições o enquadramento de medidas e apoios, tendo em conta os *handicaps* dos alunos com deficiência ou necessidade educativas especiais (Abreu, Antunes e Almeida, 2012).

Todavia, na defesa do inquestionável princípio do direito universal à educação, diversos referenciais universais definem a educação como um direito para todos, onde se inclui o prosseguimento de estudos de nível superior. Assim, relembramos que o Artigo 26.º da Carta Internacional dos Direitos Humanos, que vincula a educação à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, referindo ainda que todos os indivíduos têm o direito à educação em plena igualdade, inclusive o direito de participação nos estudos superiores (Moriña, Dolores Cortés-Vega e Molina, 2015; Organização das Nações Unidas, 2001).

A conferência de Salamanca adotou o compromisso de Educação para Todos, estabelecendo princípios e orientações que conduzam ao combate de atitudes discriminatórias, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva (Kayhan, Sen e Akcamete, 2015). No Fórum Mundial de Educação, realizado na Coreia do Sul, é aprovada a Declaração de Incheon, a qual assume um compromisso com a educação até 2030. O documento reflete o compromisso de proporcionar a todos uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. A Declaração de Lisboa sobre a Equidade Educativa, Art.º 7.º, vincula-se à ideia de que (...) nenhuma meta em educação deverá ser considerada cumprida, a menos que tenha sido atingida por todos (Rodrigues, 2016).

Na mesma linha, surge a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que no Art.º 24.º os Estados Parte reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação, incluindo o ingresso nos estudos superiores, responsabilizando as instituições pelos apoios disponibilizados, em função das necessidades individuais de cada indivíduo (Rodrigues, 2016). Este documento vincula e integra os direitos das pessoas com deficiência em todos os setores, assumindo-se como uma convenção de Direitos Humanos, com regras e normas de direito. Por último, mas fundamental, salienta-se a Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o Art.º 43.º, *Liberdade de aprender e ensinar*, que determina que a educação não pode ser estruturada perante orientações filosóficas, estéticas, políticas ou religiosas, e o Artigo 73.º, alínea 1) *Todos têm direito à educação e à cultura*, que reconhece o direito de educação para todos.

O CRI-UE surge da visão Institucional para as questões de justiça, inclusão, acessibilidade, sucesso académico e do direito participativo em igualdade, pretendendo-se que a comunidade académica encontre um espaço diferenciador, na capacitação para uma participação alargada na atual sociedade do conhecimento. Assim, a 1 de maio de 2017 foi inaugurado o serviço de apoio aos estudantes, docentes, funcionários, que encontrem nos serviços e materiais disponibilizados no centro, respostas às suas necessidades.

1.1. Parcerias

O CRI-UE funciona em estreita parceria com o Gabinete de Apoio ao Estudante (GAE), que avalia e atribui o Estatuto de Necessidades Educativas Especiais, define as adequações para cada estudante e encaminha os alunos para o CRI, de forma a que recebam apoio e acompanhamento, tendo em conta as suas necessidades de informação.

O CRI-UE é membro ativo no Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (GTAEDDES), em atividade desde julho de 2004 e constituído atualmente por 15 instituições de ensino superior público. As instituições mantêm estreita parceria, atuando, entre outros aspetos, ao nível da difusão de informação, dos serviços de apoio, de orientações e de tutorias direcionadas para os estudantes com deficiência ou necessidades educativas especiais e/ou para as instituições de acolhimento, assim como, na produção, organização e disponibilização de conteúdos acessíveis na Biblioteca Aberta do Ensino Superior (BAES).

O CRI submeteu à Fundação PT um projeto de parceria, que incluía a cedência de materiais e disponibilização de formação específica, na área das tecnologias de apoio, para pessoas com diferentes *handicaps*.

Pretende-se ainda dinamizar o protocolo existente entre a Universidade e o Centro de Recursos TIC para a Educação Especial de Évora, entidade que avalia as necessidades ao nível das tecnologias de apoio e adequação do equipamento ou ajuda técnica à situação particular de cada utilizador, com vista

a garantir a sua inclusão na educação e na sociedade. O principal objetivo desta parceria é a maximização de recursos e a inclusão dos estudantes que no futuro pretendam frequentar a Universidade de Évora.

No âmbito das parcerias e de implementação de projetos, estão ainda a ser definidas outras ações, as quais visam diferentes públicos e ambientes na comunidade.

1.2. Serviços

O CRI disponibiliza à comunidade académica e científica serviços diferenciados, a saber:

- Acompanhamento diferenciado para os utilizadores, que de forma permanente ou por um determinado período, necessitem de apoio na pesquisa, consulta e empréstimo;
- Leitura personalizada;
- Acesso à BAES;
- Impressões em Braille;
- Eventos (workshops ou ações personalizadas) de literacia de informação, apoio à comunicação científica, tutorias às atividades académicas e de investigação, assim como na gestão e seleção de informação.
- Produção de documentos em acessibilidade. Nesta vertente, o CRI-UE participa no grupo de trabalho do GTAEDDES, tendo-se criado três grupos de estudo (requisitos que a plataforma BAES deve contemplar, requisitos de catalogação e indexação e produção de conteúdos). Na área de produção de conteúdos acessíveis, o CRI-UE avançou com a partilha de três documentos, formatados em PDF, HTML, eBook e DOC, segundo as normas de acessibilidade, destinados principalmente a utilizadores cegos e disléxicos, tendo sido desconstruídas as tabelas e os gráficos e verificada a acessibilidade através do *office*.

1.3. Recursos Físicos, Materiais e Humanos

O CRI-UE tem uma sala dedicada às atividades que se propõe desenvolver, sendo a capacidade do espaço para 10 utilizadores em simultâneo, podendo ser ampliado para 30 a 40 utilizadores, dependendo das necessidades.

Os recursos materiais disponíveis são:

PC portátil | tablet | impressora com scanner | máquina de escrever Braille | sintetizadores de voz | software de reconhecimento de caracteres | rato adaptado | recursos bibliográficos em áudio | software de apoio para pessoas com diferentes *handicaps*.

O Centro tem dois funcionários afetos ao espaço, os quais dinamizam e acompanham as atividades do CRI, tendo também como funções a realização de estudos que conduzam a melhoria da qualidade das práticas e do serviço a prestar.

REFLEXÃO FINAL

O presente ensaio tem como principais atores as bibliotecas de ensino superior, que, segundo a literatura consultada, devem assumir-se como um elemento facilitador da responsabilidade social das universidades, de proporcionar a todos os indivíduos o direito à educação em igualdade de oportunidades. Por outro lado, observa-se uma exigência crescente das instituições e dos profissionais de informação, na capacidade de criar adaptações às mudanças ocorridas na nova sociedade do conhecimento, ambiente cada vez mais anárquico e imprevisível, assim como na resposta à tendência para alargamento à participação nos estudos superiores, de setores da sociedade que habitualmente não frequentam níveis universitários.

Em Portugal, a implementação de medidas de discriminação positiva, nem sempre foram cumpridas, facto que se tem observado até mais tarde no ensino superior, relativamente aos outros graus de

ensino, pela inexistência de legislação que imponha às instituições de ensino superior a implementação de medidas inclusivas de acesso e frequência em igualdade de oportunidades.

A Constituição da República, assim como os diferentes manifestos ratificados por Portugal, nomeadamente a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, têm sido os pilares para que os movimentos de pessoas com deficiência manifestem a sua preocupação acerca das barreiras que impedem a sua inclusão plena na educação e na sociedade.

A criação do CRI-UE, pelas práticas e serviços disponibilizados, coloca a Biblioteca Geral da Universidade de Évora como o principal parceiro da instituição para as questões de acesso à informação, gestão da informação, acessibilidade e literacia da informação, elementos que, certamente, influenciam positivamente o sucesso académico e os níveis de participação.

Pelo papel atual e pelo percurso que pretende percorrer, o CRI-UE perceciona-se como um recurso da comunidade, na promoção de práticas inclusivas e na resposta às necessidades de frequência, progressão e conclusão dos estudos superiores, de todos os estudantes, e especificamente dos estudantes com deficiência ou necessidades educativas especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Micaela; ANTUNES, Ana; ALMEIDA, Leandro - A inclusão no ensino superior: estudo exploratório numa Universidade Portuguesa. **Revista de Educação Especial e Reabilitação**. . ISSN 0873-464X. 19:2012) 107–120.

BEWICK, Laura; CORRALL, Sheila - Developing librarians as teachers: A study of their pedagogical knowledge. **Journal of Librarianship and Information Science**. . ISSN 0961-0006. 42:2 (2010) 97–110. DOI: 10.1177/0961000610361419.

CLYDE, Laurel A - An instructional role for librarians: an overview and content analysis of job advertisements. **Australian Academic & Research Libraries**. . ISSN 0004-8623. 33:March 2015 (2002) 150–167. DOI: 10.1080/00048623.2002.10755195.

COUTINHO, Clara Pereira - **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática (2ª ed.)**. Coimbra, Portugal : Almedina, 2015

COX, Andrew M.; CORRALL, Sheila - Evolving academic library specialties. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**. . ISSN 15322882. 64:8 (2013) 1526–1542. doi: 10.1002/asi.22847.

KAYHAN, Nilay; SEN, Mumin; AKCAMETE, Gonul - Opinions of University Students with Disabilities on Current Regulations and Adaptations at Higher Education Institutions. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**. . ISSN 18770428. 197:February (2015) 635–639. DOI: 10.1016/j.sbspro.2015.07.050.

LOPES, Carlos Alberto - Bibliotecas de ensino superior: Novas e saudáveis tendências. Em **XII Jornadas APDIS** [Em linha]. Coimbra, Portugal : Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde, Abr. 2016 [Consult. 16 out. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/4598>>.

MARQUES, Maria Beatriz - A determinação do valor das bibliotecas universitárias na Sociedade da Informação e do Conhecimento. Em BERNARDES, JOSÉ AUGUSTO CARDOSO; MIGUÉIS, ANA MARIA EVA; FERREIRA, CARLA ALEXANDRA SILVA (Eds.) - **A biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses**. Coimbra, Portugal : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. ISBN 9789892602387. p. 177–196.

MORIÑA, Anabel; DOLORES CORTÉS-VEGA, M.; MOLINA, Víctor M. - What if we could imagine the ideal faculty? Proposals for improvement by university students with disabilities. **Teaching and Teacher Education**. . ISSN 0742051X. 52:2015) 91–98. DOI: 10.1016/j.tate.2015.09.008.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) -

Education at a Glance 2017 Education at a Glance. . Paris, France : OECD Publishing, 2017. ISBN 9789264279766.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - **A Carta Internacional dos Direitos Humanos**. Lisboa, Portugal : Procuradoria-Geral da República Gabinete de Documentação e Direito Comparado, 2001

RIBEIRO, Fernanda - As bibliotecas universitárias: Seu papel de mediação para o acesso ao conhecimento digital. Em BERNARDES, JOSÉ AUGUSTO CARDOSO; MIGUEIS, ANA MARIA EVA; FERREIRA, CARLA ALEXANDRA SILVA (Eds.) - **A biblioteca da Universidade: permanência e metamorfoses**. Coimbra, Portugal : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. ISBN 9789892602387. p. 148–162.

RODRIGUES, David - **Direitos humanos e inclusão**. Porto, Portugal : Profedições / Jornal a Página da Educação, 2016

WEEDON, Elisabet; RIDDELL, Sheila - Widening higher education Higher Education in Europe: Widening Participation. Em SHAHANNA, MAHSOOD; SOUTHGATE, BENNETTERICA (Eds.) - **Widening Higher Education Participation: A Global perspective**. Waltham : Elsevier, 2016. ISBN 978-0-08-100213-1

WESTBROCK, Theresa; FABIAN, Sarah - Proficiencies for Instruction Librarians: Is There Still a Disconnect Between Professional Education and Professional Responsibilities? **College & Research Libraries**. . ISSN 2150-6701. 71:6 (2010) 569–590. DOI: 10.5860/crl-75r1.



GARCIA, João

Évora (Portugal), 1965

Aluno PhD na área de Sociologia, com proposta de projeto de tese acerca de estudantes do ensino superior com deficiência e necessidades educativas especiais. Pós-Graduado em Ciências da Informação, pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direção e Gestão Desportiva e Licenciado em Ciências do Desporto, pela Universidade de Évora. Presentemente desempenha funções de Técnico Superior no Centro de Recursos para a Inclusão, da Biblioteca Geral da Universidade de Évora. Entre 2010 e 2015 desempenhou funções como Técnico Superior na Biblioteca da Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus da UÉ.



SANTOS, Carla Sofia Correia Dias Mateus dos

Évora (Portugal), 1975

Pós-graduada em Ciências Documentais no ISLA, em 2002. Licenciada em História, na variante Património Cultural pela UÉ em 1997.

Iniciou a sua atividade profissional em 1998 e presentemente desempenha as funções de coordenadora da Biblioteca Geral da Universidade de Évora.

Nesta instituição tem tido um papel ativo na implementação de instrumentos e recursos com vista à difusão interna e externa da informação, nomeadamente na implementação e coordenação do Boletim da Biblioteca, formação de utilizadores, criação e gestão do portal web e dinamização cultural.

Entre 2008 e 2014 desempenhou ainda funções de formadora no Núcleo de Formação Contínua (NUFOR) da Universidade de Évora e de docente na licenciatura em Ciências Documentais, da mesma instituição.



PARDAL, Rute Marchante

Évora (Portugal), 1976

Licenciada em História Moderna e Contemporânea - Gestão e Animação de Bens Culturais pelo ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa, em 2005.

Iniciou a sua atividade profissional na área da dinamização cultural em 1997, onde desempenhou funções de formadora e de animadora cultural e pedagógica no Instituto de Formação Profissional de Portalegre, Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior, e Oficina da Criança de Viana do Alentejo.

Entre 1999 e 2013 integrou diversos projetos comunitários com Associações Culturais Italianas onde desempenhou funções de Educadora/Tutora e Mediadora Cultural, desenvolvendo um trabalho artístico de assistência comunitária com as comunidades envolvidas, e escolas do pré-escolar e 1º ciclo. Em 2007 desempenhou funções nos serviços educativos do Museu das Comunicações da Fundação Portuguesa das Comunicações.

Presentemente desempenha funções no Sector de Dinamização Cultural da Biblioteca Geral da Universidade de Évora, na organização e produção de atividades de extensão cultural, curadoria e edição de conteúdos na área do consumo, produção, e educação pela Arte.



CARVALHO, Matilde

Reguengos de Monsaraz (Portugal), 1952

Licenciada em Ciências da Informação e da Documentação pela Universidade Aberta, em 2013.

Iniciou a sua atividade profissional em 2004 e presentemente desempenha as funções de técnica superior no Centro de Recursos para a Inclusão, da Biblioteca Geral da Universidade de Évora. Desde 2013 que desempenha funções como Técnica Superior na Biblioteca da Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus da UÉ.